

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Defensoria Pública do Estado de Goiás, instituída pela Portaria Administrativa nº 097/2017-GAB, conforme inciso XVI, do art. 6º, da Lei nº 8.666/93,

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 201710892000798, com fundamento no art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, que vislumbra a contratação por Inexigibilidade de Licitação de **Patrícia Fonseca Carlos Magno de Oliveira**, inscrita no CPF sob o nº **071.671.927-40**,

CONSIDERANDO os termos da Resolução CSDP nº 013 de 04 de março de 2016, que dispõe em seu art. 4º, "b", a necessidade da realização de palestras sobre as diversas áreas de atuação da Defensoria Pública, bem como a necessidade de aperfeiçoamento dos membros e demais servidores que já compõe a nossa instituição, faz-se necessária à contratação de profissional com notória especialização no âmbito da área de Direitos Humanos .

CONSIDERANDO que a Corregedoria Geral da Defensoria Pública por meio do Memorando 068/2017, datado em 29 de Agosto de 2017, aponta como palestrante a profissional **Patrícia Fonseca Carlos Magno de Oliveira**, Ativista de direitos humanos que está doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em " Sociedade, Direitos Humanos e Arte, da área de concentração, Teorias Jurídicas Contemporâneas". É defensora pública – Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (empossada em 2001), e atualmente está titular do NUS-PEN – Núcleo do Sistema Penitenciário (2013), tendo atuado de 2004 – ago/2011 no NUDEDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos. Possui mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005) e integra o coletivo Fórum Justiça desde sua fundação (2010). Tem experiência acadêmica e profissional na área do Direito, com ênfase Direito Penal e Direito Internacional dos Direitos Humanos. E professora da FESUDEPERJ (desde março de 2003) e da RPJ Cursos (2015), tendo ministrado aulas na Faculdade de Direito da UERJ, durante o 1º semestre do ano de 2004 e no CEJUR. É membro da AIDP (Association Internationale de Droit Pénal) desde 2004. É pesquisadora vinculada ao Laboratório de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LADIH/UFRJ) e ao Grupo de Pesquisa Teoria Crítica dos Direitos Humanos (CNPQ). Sua atuação no Conselho dos Direitos da População de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais do Estado do Rio de Janeiro – CELGBT/RJ (abril/10-abril/11) lhe rendeu o Troféu Cláudia Celeste, no 3º Prêmio de Direitos Humanos entregue pela ASTRA Rio, organização da sociedade civil. O labor da Central de Relacionamentos com Cidadão da Defensoria Pública lhe rendeu menção honrosa pelo Premio Innovare da 5ª edição de 2009, na categoria Defensoria Pública, com tema Democratização do Acesso à Justiça e meios alternativos para resolução de conflitos. Em razão da atuação em prol dos direitos humanos das pessoas com deficiência, a Câmara Municipal de Macaé aprovou Moção de Aplausos (2010) e pela atuação no NUDEDH, recebeu moção de Louvor e Congratulações pela ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sendo dotada de notório saber e gabaritada para realizar a palestra/treinamento que ocorrerá no dia